

1

2

3 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF/PR**

4 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR**

5 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 1º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias.**

6 **CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná**

7

8 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**

9 **CEDCA/PR**

10 **Reunião Extraordinária - 19 de Fevereiro de 2020**

11

12 No dia dezenove de Fevereiro de 2020, o Conselho Estadual dos Direitos da
13 Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, se reuniu extraordinariamente na sala de
14 gestão, do 7º andar, do Palácio das Araucárias, sito à Rua Jacy Loureiro de
15 Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, com a **participação dos**
16 **seguintes conselheiros/as:** Débora Cristina dos Reis Costa (Associação
17 Paranaense de Cultura – APC), Antonio Carlos Pereira (AMOA), Kezia Sumico
18 Nakagawa (APAE de Maringá), Sheila B. Meneghette (Associação dos Amigos do
19 Hospital de Clínicas da Universidade Estadual Federal do Paraná), Rodrigo Silva
20 Bonfim (Associação Hospitalar de Proteção a Infância Dr. Raul Carneiro), Adriano
21 Roberto dos Santos (Associação Antônio e Marcos Cavanis), Jose Wilson de Souza
22 (Instituto de Apoio a Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto), Maria
23 Tereza Chaves (Associação de Portadores de Fissura Labiopalatal), Ires Damian
24 Scuzziato (Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass Lions), Andrea
25 Moreira De Castilho Koppe (UNILEHU), Gisele Figueiredo (Ação Social do
26 Paraná), Alberto Marsicano Junior (Casa Civil), Sandra Cristina Ferreira (SETI),
27 **Presidente – Ângela Christianne Lunedo de Mendonça (SEJUF/DPCA)**, Priscila
28 de Albuquerque Maranhão Polati Veiga (suplente SEJUF/DPCA), Marcela Divair M.
29 Evangelista (SEJUF/GOFS), Adriane Isabelle M. de Melo (SEEC), Rosineide Frez
30 (SEED), David Antônio Pancotti (SEJUF/DEASE), Regina Bley
31 (SEJUD/DEDIF), Emerson Luiz Peres (SESA), Tatiana Martins Assis (SESP),
32 **Colaboradores:** Bruna Saraiva (OAB – Seção Paraná), Dra. Danielle Cristine
33 Cavali Tuoto (CAOP/MP). **1. Abertura:** com a visualização de quórum, reunião

34 iniciou-se. **Relatório de Atividades: Apresentação das ações desenvolvidas**
35 **pele DEASE no ano de 2019:** a técnica Marcela realizou o relato do relatório de
36 atividades das realizações do DEASE no ano de 2019 do FIA. Começou realizando
37 a leitura da introdução, onde se elucida que A Secretaria da Justiça, Família e
38 Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF) criada pela Lei Estadual nº 19.848, de 03
39 de maio de 2019, é órgão de primeiro nível hierárquico da Administração Estadual.
40 A secretaria responde pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que
41 garantam os direitos fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa
42 humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando à superação
43 da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida. As ações
44 estão distribuídas em Departamento e Coordenações, capazes de atender à
45 crescente demanda nas seguintes áreas: Justiça Garantia de Direitos; Assistência
46 Social; Trabalho, Emprego e Renda; Atendimento Socioeducativo. Também estão
47 vinculados à secretaria os Conselhos de Direitos, com objetivo de promover a união
48 de esforços, buscando mudança e conquistando espaços democráticos para
49 garantir a participação da sociedade civil. Áreas de atuação da secretária:
50 formulação e implantação de diretrizes e políticas que garantam os direitos
51 fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores
52 sociais do trabalho e assistência social, visando à superação da condição de
53 vulnerabilidade social e à melhoria da qualidade de vida, bem como a coordenação
54 de sua execução, nas áreas de preservação dos direitos humanos e sociais e
55 garantia das liberdades individuais e coletivas; políticas públicas da defesa dos
56 direitos da mulher, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, da população
57 LGBTI+, de migrantes, refugiados e apátridas. Também incluem outras minorias
58 como a proteção às vítimas, testemunhas, crianças e adolescentes ameaçados de
59 morte; a proteção, defesa, educação e orientação ao consumidor; a organização,
60 promoção, desenvolvimento e coordenação do Sistema de Atendimento
61 Socioeducativo; a organização, planejamento, execução e gerenciamento das
62 políticas públicas do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda. Em
63 consonância com a Política Nacional, da Política e Sistema Estadual de Assistência
64 Social para o combate à pobreza e à exclusão social e da Política Estadual de
65 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; a articulação entre Estado e

66 sociedade civil de forma a garantir à sociedade a efetiva participação na elaboração
67 e no monitoramento das políticas públicas em Direitos Humanos; a realização de
68 ações especializadas em cooperação com a Secretaria de Estado da Segurança
69 Pública - SESP e a Controladoria Geral do Estado, colaborando para a
70 implementação de políticas públicas estabelecidas para as respectivas pastas.
71 Integram a estrutura sobre a gestão direta da SEJUF os Escritórios Regionais, 19
72 (dezenove) centros de socioeducação, 09 (noves) casas de semiliberdade, o Centro
73 Estadual de Formação para Migrantes, Refugiados e Apátridas, o Centro de
74 Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, a Agência do
75 Trabalhador de Curitiba e o PROCON Paraná. A SEJUF tem em sua estrutura a
76 Escola de Formação em Direitos Humanos, responsável por organizar as
77 capacitações. Garantindo a transparência e o controle social, a SEJUF manteve a
78 regularidade das reuniões do CEDCA tendo realizado ao longo do ano 11 (onze)
79 reuniões ordinárias e 08 (oito) extraordinárias; foi realizada ainda uma reunião
80 ampliada descentralizada, com a participação dos ER's no Município de Foz do
81 Iguaçu nos dias 18,19 e 20 de Setembro com a participação de aproximadamente
82 100 (cem) pessoas. Com os resultados obtidos a partir da realização de um
83 conjunto de ações dos municípios do Paraná de forma articulada com outros órgãos
84 estaduais e com a abordagem intersetorial, a SEJUF reafirma a sua liderança e o
85 esforço pela promoção social e melhoria das condições de vida da criança e do
86 adolescente no Estado do Paraná e suas famílias, visando a diminuição da extrema
87 pobreza e possibilitando a superação das vulnerabilidades sociais e a efetivação
88 dos direitos. Adiante, a apresentação ficou a cargo da equipe de e do próprio
89 Coronel David Antonio Pancotti, do DEASE. Dessa forma, o Alison, da Divisão de
90 Vagas e Informações, expôs que o Sistema Socioeducativo conta 27 (vinte e sete)
91 unidades, das quais estão dispostas em 16 (dezesesseis) municípios sendo elas: 19
92 (dezenove) de privação de liberdade 08 (oito) de semiliberdade; as vagas são
93 dispostas de acordo com sua finalidade, logo, são 353 (trezentos e cinquenta e três)
94 vagas de internação provisória, 650 (seiscentos e cinquenta vagas) de internação e
95 133 (cento e trinta e três) vagas de semiliberdade. Tendo como premissa a Lei do
96 SINASE de criar, promover e desenvolver os programas de atendimento para a
97 semiliberdade e internação, além de editar normas para boa execução do sistema,

98 sedimentado ainda na premissa a resolução 165, que prevê a convergência dos
99 sistemas judiciário e executivo para o melhor atendimento dos adolescentes em
100 conflito com a lei, a premissa da resolução 214 do CNJ que determina as
101 atribuições de fiscalizar e monitorar no sistema socioeducativo e também
102 desenvolver providência para inibir a superlotação do sistema, criou-se a central de
103 vagas no Estado do Paraná, em funcionamento desde 2002. Expressou ainda que
104 em 2015 fora criada a regulamentação da fila de espera que funciona através de
105 um cálculo de ponderação e em 2018 a resolução 043 foi revista, o que acarretou
106 em uma mudança, em transição para a resolução 69, da revisão e atualização do
107 cálculo de tal fila de espera. As solicitações de vagas acontecem através do
108 encaminhamento do PROJUDI por meio de um ofício do Poder Judiciário onde se
109 instrui a representação do MP, a decisão do Juiz, o documento de identificação do
110 adolescente – se houver-, um documento da data da apreensão (em caso desta ter
111 ocorrido onde também estarão os antecedentes infracionais, e, se houver o estudo
112 social e histórico escolar do adolescente. O cadastro é dividido em regiões assim
113 que realizado, visualizando a disponibilidade da vaga, o local do ato, a proximidade
114 com os familiares, a gravidade do ato e os antecedentes – de acordo com o artigo
115 3º da resolução 69, sempre que possível deve-se observar um raio de 150 km.
116 Expressou que cada pedido de vaga é adicionado junto por um ponto que será
117 submetido ao cálculo de ponderação de fila, colocando os atos de maior gravidade
118 nos primeiros lugares juntamente a outras variantes, como se o ato foi tentado ou
119 consumado e afins. Havendo a disponibilidade da vaga: é encaminhado ofício à
120 Comarca Solicitante, indicando a Unidade e a data de entrada do adolescente, que
121 permanece válida por dois dias úteis: não havendo a efetivação da vaga, ela é
122 automaticamente passada para o próximo da fila; não havendo vaga, o ofício
123 expressa a posição do adolescente na fila. As transferências dão-se,
124 preferencialmente, através de permutas geralmente motivada por estagnação do
125 processo, regionalização e/ou gerenciamento de crise. Destacou-se que atualmente
126 há 225 adolescentes em Fila da Espera, observando-se uma diminuição gradativa
127 da demanda reprimida de 1125 (mil cento e vinte e cinco) em 2015 para o número
128 atual. Informou que a tabulação dos dados ocorre diariamente através de um
129 sistema que realiza a leitura da plataforma, o que auxilia na produção dos materiais

130 acadêmicos e a tomada de decisão da gestão. Destacou ainda do Termo de
131 Cooperação com a SEJUF e o TJPR integração do Sistema de Medias
132 Socioeducativas e o PROJUDI. Acentuou-se que o objetivo final da Central é fazer
133 com que haja vagas suficientes à medida do sentenciamento, de acordo com o
134 desejo da Lei, entretanto, a central opera por conta do entendimento do MP de que
135 a superlotação é improdutiva, além da importância da colocação adequadamente;
136 logo, o modelo de Central é um modelo de contenção de danos, mesmo que em
137 desarmonia com a lei. Avançando, apresentou-se a Divisão Psicossocial, na pessoa
138 de Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, onde a divisão é a responsável pelas
139 ações voltadas aos parâmetros técnicos e metodológicos do atendimento
140 socioeducativo do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Para
141 tal, Flávia expressou que em 2019 pautou-se primordialmente nas formações
142 continuadas de servidores, algumas executadas com recursos próprios do tesouro,
143 outras em deliberações aprovadas pelo CEDCA. Com os do tesouro, concluiu-se
144 uma formação presencial em todas as casas de Semiliberdade do Estado com a
145 carga horária de 16h; o conteúdo programático girou em torno dos Princípios e
146 Diretrizes da Semiliberdade, A Importância do Vínculo e do Limite na Relação entre
147 Socioeducadores e Educandos, a Rotina Institucional na Semiliberdade sob a Égide
148 da Garantia de Direitos e o Papel do Agente de Segurança Socioeducativo na
149 Semiliberdade e a Importância do trabalho Intersetorial – informou que a casa de
150 semiliberdade de Toledo teve uma carga horária de 40h tendo em vista que esta
151 está em vias de ser inaugurada. As capacitações foram operacionalizadas pelos
152 próprios servidores do sistema, sendo estes servidores que obtiveram boas
153 práticas. Também com os recursos do tesouro, informou que em 2018 foram
154 lançados Cadernos consolidados pela Normativa Estadual – Portaria nº45/019, em
155 uma Coletânea que traz todo o parâmetro técnico e metodológico que rege o
156 sistema de atendimento. A aplicação da metodologia ocorreu por meio de
157 videoconferência, que atingiu todo o Estado, em que a socioeducação teve vista à
158 diversidade abarcando a política LGBT no sistema, tratando-se das vivências, o
159 papel do Serviço Social, o papel da Psicologia e os Aspectos Jurídicos. Disso, deu-
160 se continuidade aos grupos de estudos dos Cadernos de Socioeducação, através
161 de webconferência, onde os autores dos capítulos são convidados a realizar uma

162 fala sobre tal aspecto abordado, além de serem convidados todos os servidores que
163 depois se reúnem em grupo para responder questões norteadoras da política
164 abordada. Com os recursos do tesouro ainda se trabalhou o III Encontro Estadual
165 de Justiça Restaurativa, em Foz do Iguaçu, promovido pelo TJPR, em que esteve
166 um servidor de cada unidade socioeducativa e fora realizada uma reunião técnica
167 para alinhar e formar um grupo dos servidores que atuam mais efetivamente nas
168 políticas das práticas restaurativas dentro das Unidades Socioeducativas; informou
169 também que ocorreu em Brasília o 2º Nacional de Socioeducação onde o Estado do
170 Paraná apresentou algumas de suas boas práticas. Ocorreu também o 3º
171 Seminário Sobre o Sistema de Atendimento Socioeducativo: Desafios para a
172 Efetivação da Política de Socioeducação, em Maringá, onde se deu início ao
173 alinhamento teórico-prático dos instrumentos metodológicos no CENSE Joana
174 Richa. Já com os recursos do FIA deliberados pelo CEDCA, o primeiro curso que
175 aconteceu fora o de Socioeducação e Inteligência, que aconteceu com 03 (três)
176 turmas no mês de Julho de 2019 e contou a participação de 162 (cento e sessenta
177 e dois) servidores, sendo principalmente diretores, diretores assistentes e agentes
178 de segurança socioeducativa que atuam como referências de equipe – o seminário
179 ocorreu em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência. O segundo evento
180 com tal recurso fora o Seminário estadual de Internação Provisória, com 90
181 (noventa) servidores de diferentes categorias profissionais da Socioeducação que
182 atendem a medida de internação provisória e com a presença de todos os diretores;
183 seguido do curso de Justiça Restaurativa em parceria com o Tribunal de Justiça,
184 nos municípios de Curitiba, Toledo e Londrina, cada qual com a participação de 20
185 (vinte) servidores; posteriormente, o curso de Arteterapia, com a participação de um
186 servidor de cada unidade, com uma oficina de construção de mandalas; aconteceu
187 também em 2019 um módulo da capacitação do trabalho com a família, que
188 discutiu a metodologia de trabalho com as famílias dos adolescentes em
189 cumprimento de medida socioeducativa, com 02 (dois) servidores de cada unidade; e
190 um curso sobre as práticas de gestão, com todos os diretores das unidades,
191 trabalhando-se os princípios e diretrizes da direção pública, além de abordar a
192 saúde mental do servidor, gestão de conflitos e a responsabilização na perspectiva
193 das medidas socioeducativas. Para o ano de 2020, prevê-se a conclusão do projeto

194 submetido e aprovado pelo CEDCA, sendo o primeiro curso Socioeducação e os
195 Instrumentos Metodológicos, trabalhando-se na metodologia de oficinas práticas,
196 abordando-se posteriormente na sequência os modelos previstos, com previsão de
197 término em Julho de 2020. Adiante, apresentou o projeto Círculos de Cuidado que
198 teve início com a publicação de um edital de chamamento para os servidores
199 cadastrarem-se quanto facilitadores das éticas restaurativas no sistema: obteve-se
200 a inscrição de 50 (cinquenta) servidores de 20 (vinte) unidades e de diferentes
201 categorias, o qual é convidado a facilitar círculos de cuidados nas unidades como
202 forma de escuta e acolhida dos servidores; dessa forma, a primeira unidade a
203 receber o atendimento fora o Cense Santo Antônio da Platina em Agosto de 2019,
204 com o objetivo de proporcionar o espaço de fala e troca entre os membros, do qual
205 os facilitadores relataram ótimos resultados; a segunda unidade contemplada foi o
206 Cense Londrina 2, em setembro, objetivando a sensibilização das práticas, também
207 sendo focalizada a acolhida dos servidores: o movimento deflagra em auto da
208 unidade, tendo em vista o feedback proporcionado por estes; a terceira unidade foi
209 à Casa de Semiliberdade de Foz do Iguaçu, também em Setembro, com o objetivo
210 de oferecer espaço de cuidado e promoção da Saúde Mental; e a última unidade
211 foi o Cense Joana Richa, em Outubro, com objetivo de verbalização sobre si. Assim
212 para 2020, objetiva-se a conclusão da realização dos círculos, ocorrendo em duas
213 unidades por mês. À frente, a divisão abordada foi a de Saúde, responsável por
214 assegurar o direito fundamental inerente à pessoa humana de atenção à saúde,
215 realizada através de promoções de prevenção e incentivo à saúde em todos os
216 seus níveis, visando garantir o princípio da incompletude institucional. O fluxo de
217 medicamentos fornecidos acontece através da CEMEPAR/SESA e é adquirido nas
218 Secretarias de Saúde dos Municípios. Expôs também que existe o fluxo da
219 internação psiquiátrica se observada a necessidade na avaliação, tanto em
220 decorrência da drogadição como outros. O monitoramento de indicadores de saúde
221 acontecem através do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas, a fim de
222 que o adolescente volte à comunidade tendo suas informações repassadas à rede
223 de saúde que vai acolhê-lo. Informou sobre o PNAISARI, que faz parte da política
224 integral do adolescente associada à internação e semiliberdade: a política prevê a
225 transferência de recursos do governo federal e do governo estadual para os

226 municípios onde os Censos estão localizados, a fim de financiar o atendimento, de
227 acordo com a capacidade de cada adolescente; para receber tais recursos, o
228 município deve ter pactuado com o Gov. Federal o Plano Operativo Municipal, onde
229 todas as ações vinculadas à saúde do adolescente de forma integral devem estar
230 pactuadas, sendo quatro desses municípios no Paraná: Campo Mourão, Laranjeiras
231 do Sul, Paranavaí e Toledo – entretanto, todos os municípios recebem um incentivo
232 de estadual, que varia também de acordo com a capacidade de atendimento. A
233 divisão também está responsável por monitorar as ações e subsidiar a execução do
234 plano integral, estabelecendo processos de trabalho. Acontecem ainda, da divisão
235 de saúde, as capacitações por videoconferência para os novos servidores, sendo
236 os que entraram por processo seletivo simplificado o total de sessenta e nove
237 servidores de variadas funções na área de saúde, como psicólogos, terapeutas
238 ocupacionais, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, sendo
239 operacionalizada com o DEASE, com a SESA e a Escola de Educação em Direitos
240 Humanos, com o objetivo de promover sempre a capacitação inicial provendo
241 integrar os profissionais na dinâmica institucional no que prevê a medida,
242 auxiliando-os durante a fase de adaptação. Relatou também do Projeto de
243 Intervenção com Servidores nas casas de semiliberdade, utilizando-se de uma
244 prática restaurativa através de quatro encontros, objetivando a integração das
245 equipes, fortalecendo as relações e aperfeiçoando a comunicação em todos os
246 níveis, a fim de um melhor fluxo de informação. Ilustrou também da execução do
247 Seminário do 2º Ciclo de Formação Para o Atendimento às Crises e Urgências em
248 Saúde Mental e Intervenção em Situação de Risco de Suicídios nas Unidades
249 Socioeducativas, com recursos provenientes do FIA, integrando parte da formação
250 continuada dos servidores através da parceria DEASE e ESEDH, objetivando
251 contornar crises em saúde mental que podem ser apresentadas tanto pela
252 abstinência quanto a problemas emocionais que levam e vivenciam no cotidiano de
253 suas famílias, preparando os servidores a fim de que lidem com a situação sem
254 desencadear crises ou maiores dificuldades. O III Seminário de Medidas
255 Socioeducativas de Colombo teve sua importância em estabelecer a interface no
256 território municipal junto com as outras medidas socioeducativas com as medidas
257 em meio aberto, sabendo-se que há situações problema apresentadas entre o

258 interstício da internação e a inserção na medida de meio aberto, tendo em vista a
259 falta de atenção. Adiante, apresentou também o II Seminário de Atenção Integral à
260 Saúde do Adolescente em Toledo , com recursos do PNAISARI com participação
261 de 250 participantes incluindo os profissionais das unidades socioeducativas, a fim
262 de que se aproveitasse e fortalecesse as unidades com meio aberto e apoio à rede
263 de proteção. Outro programa foi o Projeto Cidadanizarte, uma iniciativa do MPPR
264 realizado em parceria com alguns institutos; inicialmente o programa foi executado
265 nas unidades socioeducativas pela divisão de formação educacional, depois
266 repassado à divisão de saúde – em 2019 o projeto passou a focar nos servidores, a
267 fim de capacitá-los para dar continuidade ao trabalho que estava sendo
268 desenvolvido com os adolescentes. Adiante, o programa Fortalecendo Equipes,
269 financiado pelo FIA, do qual se objetiva a execução no ano de 2020; sua proposta é
270 a intervenção junto aos servidores voltada a ações que permitam problematizar e
271 refletir sobre o atendimento desenvolvido; o valor deliberado é de R\$652.500,00,
272 atingindo Londrina, Cascavel e Curitiba quinzenalmente para grupos de até 25
273 pessoas. Dos projetos do Estado desenvolvidos mês a mês, apresentou o projeto
274 Junho Paraná Sem Drogas diz respeito a um projeto previsto pela lei nº 19.121 de
275 2017, que estabelece a construção de redes comunitárias de prevenção ao uso
276 abusivo de drogas; o projeto é uma iniciativa do CONSED/PR. Das Campanhas de
277 Saúde, durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro abordou-se em prol
278 de Campanhas preventivas ao suicídio, câncer de mama e câncer de próstata,
279 respectivamente, solicitando-se aos CENSES que desenvolvessem atividades
280 educacionais nesse sentido. Do trabalho específico com o servidor, o projeto-piloto
281 Saúde do Servidor visa acolher e cuidar do servidor através de entrevistas e
282 consultas, com um trabalho já tendo sido desenvolvido no CENSE de Curitiba em
283 contato com a Universidade Federal, também quinzenalmente; a proposta para
284 2020 é continuidade e expansão a partir do contato com mais universidades do e no
285 Estado. A saúde ainda tem o projeto de Segurança Alimentar, onde é realizado um
286 controle das refeições servidas aos adolescentes em todas as etapas. Por fim, o
287 Coronel Pancotti informou da realização do Concurso Público que substituirá o PSS
288 no departamento para os profissionais de saúde. Adiante, apresentou-se a Divisão
289 de Formação Educacional e Profissional, na pessoa da Andrea de Lima Kravetz,

290 responsável pela implementação de Políticas Públicas, Programas e Projetos
291 Educacionais e pedagógicos, direcionados aos adolescentes que cumprem
292 medidas socioeducativas: dos programas incluídos na apresentação, dos quais
293 contam apenas os presentes em todas as unidades, ilustrou o Programa de
294 Educação nas Unidades de Socioeducação do Paraná, o PROEDUSE, onde são
295 contemplados 19 centros de socioeducação, em parceria com a SEED e com a
296 SEJUF para oferta da educação básica, com 100% dos adolescentes matriculados.
297 Os adolescentes têm disponibilidade contínua do material escolar, do qual informou
298 também da implementação da biblioteca com nome mil exemplares providos do
299 recurso da SEJUF – além da visualização também da possibilidade de laboratórios
300 de informática, com a fibra ótica viabilizada pela COPEL. Expressou a sensibilidade
301 da educação junto às reformas realizadas no EJA a fim de possibilitar a
302 continuidade da formação do adolescente. Oferta-se também o Curso de
303 Qualificação Profissional Básica, com projeto aprovado pelo FIA na casa dos
304 R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais); informou que o novo projeto de
305 qualificação profissional está em tramitação, do qual apresenta um novo formato
306 segmentado por eixos. Exibiu os cursos profissionalizantes disponibilizados em
307 2019 em parceria com o CIEE, do qual se extraiu resultados significativos, e por
308 isso se trabalha em um aditivo de extensão por mais doze meses. O Programa
309 Estadual de Aprendizagem, já apresentado ao CEDCA, tem procedimento licitatório
310 com recurso financeiro deliberado através do FIA na casa dos R\$8.000.000,00 (oito
311 milhões de reais, além de também dispor de providência administrativa para receber
312 valor semelhante pelo BID/PARANÁ SEGUROS, onde também foi apresentado. O
313 SENAI também ofertará cursos gratuitos voltados ao mundo do trabalho para tais
314 jovens. Expressou a participação dos adolescentes no ENEM e o ENCCEJA,
315 obtendo-se um nível considerável de aprovação, com notícias de alunos que saíram
316 das unidades ao ingresso na Universidade. Expôs o Projeto Arte e Ação, em
317 tramitação no valor de R\$800.000,00 (oitocentos mil) pelo FIA, visando oficinas
318 culturais de lazer e esporte; o Projeto Karatê, também em tramitação pelo FIA no
319 valor de R\$1.003.614,00 (um milhão três mil reais e seiscentos e quatorze reais),
320 com o aprendizado visando à retomada da dignidade e do respeito. Adiante, a
321 apresentação da Divisão de Segurança, na pessoa do Hamilton Antônio de Oliveira,

322 onde se objetiva acolher, abrigar e assegurar os adolescentes lá acolhidos através
323 de procedimentos, técnicas e métodos alinhados às propostas pedagógicas e
324 educacionais, complementando-as, como ramo da segurança pública de maneira
325 especializada, a fim de efetivar uma harmonia entre os agentes de segurança e os
326 demais servidores. Para tal, além dos recursos humanos, equipa-se e projeta-se o
327 ambiente a fim de contemplar a garantia da segurança a todos os abarcados no
328 espaço, além de objetivar um bem-estar nesse lugar de convívio e trabalho. A
329 segurança prevê em seus fundamentos que toda a pessoa privada de sua liberdade
330 será tratada humanamente e com respeito devido à dignidade inerente ao ser
331 humano, atribuições que exigem capacitação da equipe. Das atribuições da
332 Segurança, consta a substituição do Chefe de Departamento em virtudes de
333 ausências ou impedimentos, Res. 026/2019 – GS. Das atividades de rotina, listou: o
334 acompanhamento e avaliação de Desempenho dos diretores de unidades –
335 realizando orientações e capacitações -, as substituições necessárias em caso de
336 violações ou irregularidades; para tanto, entrevistou-se 34 servidores a fim de gerar
337 um banco de dados na categoria de visualizar a necessidade de aprimoramento ou
338 substituição: dos entrevistados, alguns foram nomeados para cargos de diretores
339 dos CENSES e afins, enquanto outros que já eram diretores foram remanejados –
340 em contrapartida, uma parcela mínima não ofereceu o perfil adequado e os
341 requisitos mínimos exigidos para a continuação ou ocupação do cargo. Das
342 atividades continuadas ainda constam os registros e respostas às ações civis
343 públicas e afins, a interfase com representantes do Sindicato dos Servidores da
344 Socioeducação, acompanhamento e controle da folha ponto do DEASE e ademais.
345 Das ações realizadas em 2019, listou: aquisição de Rádios Comunicadores para
346 todas as unidades do Estado, realização de capacitação na área de Segurança com
347 apoio da ABIN, implantação do serviço de Vigilância privada nas Unidades,
348 implantação de escala de serviço em 12x36 - com rodízio de plantões, elaboração
349 do Projeto de Lei nº 653/2019, Emissão de Cédula de Identidade Funcional para os
350 servidores do DEASE e a implantação do sistema de monitoramento por câmeras –
351 ainda em fase de projeto piloto em São José dos Pinhais e no Londrina 2. Adiante, a
352 apresentação da Divisão Administrativa, na pessoa da Letícia Simões Rivelini,
353 responsável acompanhar a aquisição de equipamentos e insumos, saída dos

354 caminhões para as unidades, pesquisas de interesse em licitações, consolidação
355 das necessidades das unidades e quadros de distribuição para materiais,
356 observando-se as normas e padrões de qualidade a fim de que as aquisições de
357 produtos sejam seguras e de boa qualidade. Expôs que em 2019 houveram várias
358 e diversas aquisições, totalizando R\$9.420.204,21 (nove milhões quatrocentos e
359 vinte mil duzentos e quatro reais e vinte e um centavos; além da aquisição através
360 de doação de vídeo games, notebooks e tablets pela Receita Federal. Expressou
361 ainda que há processos de aquisição de 2019 ainda em andamento, dos quais citou
362 a aquisição de eletrodomésticos, livros, equipamentos odontológicos e ambulatórios
363 e afins. Informou que a divisão administrativa atuou também em 2019 na solicitação
364 da licitação do contrato de coleta de colchões usados, já que estes precisam ser
365 descartados corretamente, com trocas de colchões semestralmente. Analisou-se
366 vinte e quatro processos de reembolso aos servidores das taxas de exames
367 toxicológicos, que são essenciais para a renovação das carteiras de habilitação. A
368 divisão auxilia também no fluxo de andamento dos processos internos, na
369 determinação da portaria da Central de Viagens e na contratação de profissionais
370 terceirizados de atuação nas lavanderias. Expressou que em 2019 foi analisado 83
371 (oitenta e três) pedidos de recursos de cota extra do fundo rotativo e R\$635.400,00
372 (seiscentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais) das cotas normais, que auxilia
373 as unidades nos gastos imediatos, além dos R\$17.400 (dezessete mil e
374 quatrocentos reais) das cotas especiais, da aquisição de jogos para os vídeo games
375 recebidos pela Receita Federal. Em 2019 aconteceu o Encontro de Formação
376 Continuada da equipe, tratando de temas como diversos da administração das
377 unidades; os servidores ainda participaram da palestra acerca da saúde mental. Os
378 novos processos objetivos para 2020 é a aquisição e padronização dos uniformes,
379 a aquisição de enxoval de verão e inverno para os adolescentes, a instalação e
380 funcionamento das câmeras de monitoramento, aquisição de sofás para a recepção
381 das unidades de semiliberdade e mesas para os refeitórios das unidades; a
382 administração ainda serve de apoio às outras divisões. Adiante, foram apresentados
383 os Serviços de Engenharia pela arquiteta Olívia, que tem como objetivo a
384 manutenção das unidades e construção de novas, sendo a equipe responsável pela
385 interface com a Paraná Edificações, encaminhando a esta apenas o se precisa e de

386 que forma se precisa. Apresentou o relatório de ações de 2018/2019, tanto em
387 manutenção, sistema de prevenção e novas obras, ampliações e afins. Nos
388 reparos/melhorias foram 8 (oito) as unidades atendidas, com valor total em R\$
389 3.811.445,42 (três milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e cinco
390 reais e quarenta e dois centavos), tendo por vezes mais de um serviço contratada
391 em tais unidades atendidas. Exprimiu que os contratos de Engenharia Comum
392 estão estabelecidos em nas ATAS 01, 02, 03 e 04/SRP, que já estão expiradas,
393 onde se atingiu 24 (vinte e quatro) unidades atendidas no valor total de
394 R\$4.748.138,50 (quatro milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e
395 oito reais e cinquenta centavos) – no recuso necessário de nova licitação, o valor
396 indicado como necessário é de R\$8.122.000,00 (oito milhões e cento e vinte e dois
397 mil reais). Dos sistemas de prevenção de incêndio, o total de 13 (treze unidades
398 atendidas) no valor total de R\$1.576.256,61 (um milhão, quinhentos e setenta e seis
399 mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos), buscando-se a
400 certificação do corpo de bombeiros para utilização. Das obras, registro de 05 (cinco)
401 unidades atendidas no valor total de R\$29.780.986,90 (vinte e nove milhões,
402 setecentos e oitenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos);
403 informou do impasse da casa de semiliberdade de Maringá tendo em vista que a
404 população manifestou-se contrária à construção na localidade prevista, e a
405 Prefeitura deu o parecer de inconsistências no processo ainda que, destacou,
406 tenha-se cumprido todos os ritos necessários para a aquisição do alvará. Dos
407 projetos em elaboração, apontou para o atendimento de 08 (oito) unidades. Dos
408 projetos a iniciar com terrenos em negociação, 11 (unidades). Dos projetos
409 concluídos, 01 (uma) unidade. Por fim, a divisão de planejamentos, na pessoa da
410 Solimar de Gouveia, onde o objetivo é assessorar os gestores do DEASE sob a
411 ótica programática e a partir das regulamentações do SINASE, auxiliando na
412 elaboração de seus documentos institucionais, bem como assegurar o cumprimento
413 de tais documentos. Para tal, especificou a questão de Atualização dos Regimentos
414 Internos das Unidades Socioeducativas, do qual serão revistas algumas
415 regulamentações e ajustar-se-ão os regimentos. A Atualização dos Planos Políticos
416 Pedagógicos, que está sedimentado em nove eixos; a metodologia foi elaborada a
417 partir das decisões das comissões representativas formadas pelas unidades, onde

418 foram definidas as regulamentações para construção do documento, buscando a
419 participação de todos no processo – além da participação das famílias e dos
420 adolescentes; o CEDCA montou uma comissão que analisará e discutirá esses
421 documentos, tendo em vista a necessidade de diretrizes de execução do trabalho
422 de maneira viva no dia a dia das unidades. Avançando, abordou o monitoramento
423 do plano decenal, especificando duas ações estruturantes para o processo e que o
424 CEDCA deve estar bem atento, assim como a execução: no caso, o Eixo 2, do
425 direito à liberdade, à dignidade, com o objetivo 11 de promover a autonomia das
426 famílias e ação de estimular o empreendimento em economias solidárias – apontou
427 preocupação em virtude da ausência de ações que efetivamente transforme a
428 realidade das famílias, tendo em vista a necessidade de gerar emprego e renda.
429 Expressou que a impressão de que se têm atingido as capacitações para o sistema
430 de privação e restrição, mas as capacitações para o meio aberto e as capacitações
431 em conjunto, a fim de fortalecer a socioeducação como um todo, não se tem
432 conseguido efetivar – dessa maneira, considerou a interface entre SUAS e SINASE
433 como com necessidade de melhor atuação em algo que é fundamental. Apresentou
434 também o projeto Porta de Saída, que visa fortalecer as ações no processo de
435 desligamento do adolescente nas interfaces com políticas públicas para que
436 possam receber o adolescente de maneira mais adequada – a adequação
437 enquanto programa pactua a ação com maior força no município. Da situação atual
438 dos recursos humanos, apresentou que no dimensionamento do sistema depara-se
439 com o número de 1422 (mil quatrocentos e vinte e dois servidores), sendo que o
440 número opera-se com 1067 (mil e sessenta e sete servidores), com um deficit de
441 235 (duzentos e trinta e cinco) servidores, ou seja, 100 (cem) agentes de segurança
442 socioeducativa e 155 para outras categorias profissionais – considerando as
443 unidades que serão inauguradas, o deficit sobe para 281 (duzentos e oitenta e um)
444 agentes de segurança socioeducativa e 210 para outras categorias profissionais; há
445 a previsão até 2021 de 25 (vinte e cinco) servidores aposentarem-se, razão pela
446 qual se evidencia ainda mais a necessidade de efetivar os concursos públicos, do
447 qual registrou um avanço: já fora efetivada a publicação do concurso no diário oficial
448 para 69 (sessenta e nove) vagas, substituindo os PSS's das equipes de saúde.
449 Informou ainda que já existe protocolo para contratação dos agentes de Segurança

450 e a dos demais funções, já tendo sido trabalho de maneira profunda no edital – uma
451 vez autorizado pelo Governador, o processo deflagra-se. Dos dados do SIFFF, o
452 valor de 2019 para pagamento de pessoal foi de R\$112.655.594,00 (cento e doze
453 milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e noventa e quatro reais) e
454 o que foi pago efetivamente foi de R\$104.832.606,92 (cento e quatro milhões,
455 oitocentos e trinta e dois, seiscentos e seis reais e noventa e dois centavos), quase
456 61% dos recursos do DEASE. Relatou do Programa Aproximando Famílias, que
457 tem boa parte de sua execução custeada pelo FIA, onde se busca reforçar e
458 fortalecer os vínculos familiares auxiliando no processo de mútua readaptação. Das
459 visitas técnicas, proporcionada através das viagens técnicas, demonstrou que teve
460 um total 1161 (mil cento e sessenta e uma viagens), do qual 319 (trezentos e
461 dezenove) foram com recursos FIA, atingindo o valor de R\$255.573,71 (duzentos e
462 cinquenta e cinco mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e um centavos).
463 Afinal, o Coronel Pancotti abordou os projetos aprovados e não executados,
464 elucidando que estão em fase de execução, com seus atrasos justificados pelos
465 processos burocráticos. O Coronel repassou ainda, findando a apresentação, que o
466 orçamento de 2019 solicitado de R\$255.453.420,00 (duzentos e cinquenta e cinco
467 milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais), sendo
468 liberado pela SEFA apenas R\$150.149.595,00 (cento e cinquenta milhões, cento e
469 quarenta e nove mil e quinhentos e noventa e cinco reais), tendo contingenciado
470 41% do orçamento; dessa forma, das despesas, o valor excedeu em pouco mais de
471 R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Para 2020, continuou, apontou que o
472 orçamento esquematizado está próximo do valor concedido no ano anterior, e,
473 assim, manifestou que não pode abrir mão da disponibilidade de recursos que o FIA
474 dispõe para o departamento. Afinal, reforçou todo o trabalho realizado pelo
475 departamento e parabenizou sua equipe, apontando para a vontade de dar guarida
476 ao adolescente em conflito com a lei e sua família. Com o fim da apresentação,
477 abriu-se inscrição para dúvidas, colações e esclarecimentos. A conselheira Iris
478 questionou da suspeita de que seja instalada uma Delegacia da Mulher em um
479 espaço de CENSE de Toledo, do qual fora investido inclusive recursos do FIA. O
480 Conselheiro Pancotti respondeu que não sabe o que será feito do local após a
481 inauguração dos novos CENSES, tendo em vista que a SEAP é quem detém o

482 domínio sobre a determinação de lugares inutilizados; entretanto, informou que os
483 materiais serão reaproveitados. Com isso, a conselheira propôs que o CEDCA
484 oficiasse questionando a SEAP sobre tal, tendo em vista a possibilidade e
485 necessidade de restituição ao FIA. A Dra. Daniele questionou do retardamento da
486 aplicação dos cursos de aprendizagem na Divisão de Formação Educacional e
487 Profissional, tendo em vista o esforço realizado pelo CEDCA para deliberar o
488 recurso pelo FIA; dessa maneira, questionou a razão de tal situação. O conselheiro
489 Pancotti respondeu e demonstrou que os atrasos acontecem em decorrência das
490 burocracias procedimentais assim que o documento sai do DEASE, como a demora
491 no GAS; apontou também que a junção de secretarias também travou o processo.
492 Logo, com o término do ano, a PGE ainda encaminhou que se fizesse através do
493 método de concorrência pública. Manifestou e demonstrou que a DEASE realizou
494 tudo que lhe era possível, entretanto tendo em vista o final do ano, o bloqueio de
495 execução de orçamento é impedido, passando para Fevereiro de 2020 – dessa
496 forma, no aguardo de homologar os termos, fez-se necessário refazer todos os
497 orçamentos. Reforçou que o DEASE realiza seu trabalho de maneira completa e
498 cobra as demais partes do sistema para que façam o mesmo. A conselheira
499 Daniele, assim, propôs que o conselho oficiasse ao Secretário Ney Leprevost
500 questionando da demora da execução. Ainda com a palavra, a conselheira Daniele
501 questionou também qual é o saldo de valor do fundo para as capacitações do
502 DEASE. A Solimar respondeu que dos R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) só foram
503 utilizados R\$182.000,00 (cento e oitenta e dois mil), sendo executados 6 (seis)
504 capacitações pelo FIA – o restante é o saldo disponível, além de um recurso a ser
505 empenhado. Questionou também da avaliação e cobrança da replicação, por parte
506 dos servidores, da capacitação recebida, e como oferece o retorno – além de
507 questionar se este tem tempo e dinâmica de repassar isso aos colegas de trabalho.
508 Pancotti respondeu que acontecem algumas requalificações com servidores não
509 incluídos; Flávia respondeu do curso de justiça restaurativa em específico, dizendo
510 que foram realizadas algumas remodelações, com a obrigação de que os
511 servidores realizem círculos replicando as metodologias dentro de suas unidades –
512 cada servidor deve realizar ao menos 05 (cinco) círculos e enviar os documentos
513 comprobatórios de tal durante o período de um ano; entretanto, não há cursos

514 replicáveis, por isso é que se aplica os cursos anos em mais de um ano a fim de
515 atingir o maior número de servidores. Daniele ainda pediu o número do montante de
516 quanto do dinheiro do FIA foi aplicado e executado na socioeducação. Questionou
517 ainda da análise que se faz concluir que o número de espera de vagas de espera
518 para os CENSES caiu – tendo em vista a deliberação de 2017 que demanda a
519 criação de 700 (setecentas) novas vagas; se o número caiu, então não há a
520 necessidade de aplicação de recurso nesse princípio. O Coronel Pancotti realizou
521 que se realizará um levantamento de dados dos recursos nos últimos 05 (cinco)
522 anos. O Alison da divisão de vagas expressou que os dados a fila de espera é
523 realizada direta do banco de dados a partir dos adolescentes que tiveram a vaga
524 solicitada e não foram contemplados, exprimindo que a reavaliação da permanência
525 da fila acontece em 180 (cento e oitenta) dias. Alison manifestou também que ainda
526 com a dificuldade aparente, a maioria das vagas é preenchida no período de 48hrs;
527 contudo, na não execução desta, tenta-se remanejar a vaga imediatamente a partir
528 do momento de informação da central, renovando-a ao próprio adolescente por até
529 mais duas vezes. Questionou-se do desenvolvimento do Plano da Socioeducação,
530 questionando da ausência de apresentação do Comitê do Plano Estadual
531 Socioeducativo. O Departamento respondeu que concluiu o primeiro período de
532 avaliação e monitoramento do PES e o relatório foi submetido ao CEDCA; a partir
533 disso, a reforma administrativa no Estado tornou o processo confuso. Assim,
534 realizou-se a atualização da resolução da Comissão, a fim de torná-la permanente
535 no acompanhamento das ações. Entretanto, desde que se retomaram as ações,
536 encontra-se muitas dificuldades em algumas instituições indicarem membros, com
537 muitas ainda não realizando indicação – logo, o departamento não consegue
538 agendar as reuniões. Porém, indicou-se que ainda se está dentro do calendário do
539 plano, apenas com monitoramento anual pendente. O Coronel Pancotti apontou
540 que a retomada na plenária do assunto como pauta permanente. O Departamento
541 ainda se encarregou de realizar uma nova solicitação ao conselho de indicação de
542 membros para a Comissão. O conselho também questionou de alguns problemas,
543 tendo em vistas algumas visitas às unidades realizadas, como da falta de
544 profissionais da área de saúde, especialmente os de saúde mental, solicitando que
545 se expusessem os dados por unidade a fim de que o fortalecimento se realizasse

546 com detalhamento. A conselheira Débora ainda o número de óbitos nos CENSES e
547 suas razões. O coronel Pancotti exprimiu que o concurso suplantará a falta de
548 profissionais de saúde. Da avaliação institucional, expôs que o sistema para tal está
549 delineado, mas que o projeto será executado a fim de que uma empresa habilitada
550 e licitada o realizasse, tendo em vista que o próprio departamento não o avalie, mas
551 que isso seja realizada de maneira externa, nos moldes de avaliação do sistema
552 socioeducativo. Para tal, a criação de uma tabela em que constará a capacidade de
553 atendimento e o dimensionamento por função, o que acarretará em perceber os
554 déficits das unidades. Dos óbitos, informou de dois em Londrina: o primeiro no
555 CENSE 1 de internação provisória, em que um adolescente faleceu após
556 complicações acometidas pela infecção de uma bactéria que acessou seu corpo
557 após este ralar o joelho – realizou-se sindicância, do qual corre um processo
558 policial, mas não fora apurada negligência da equipe; a segunda morte aconteceu
559 na Unidade 2, onde dois adolescentes discutiram, em que o jovem acometido
560 defendia seu colega, o que deflagrou na junção de um grupo de outros
561 adolescentes que em tese decretaram sua morte e o mataram por asfixia – os
562 meninos envolvidos foram transferidos a fim de estabilizar a unidade; a sindicância
563 já foi realizada de onde se extrai um processo administrativo disciplinar e também o
564 inquérito policial. Nesta unidade, identificadas falhas na segurança, a diretoria foi
565 substituída, além da intervenção em prol de melhorias na unidade. **Relatório de**
566 **atividades e prestação de contas 2019:** tendo em vista o pouco tempo restante
567 de reunião, o relatório será realizado pela técnica Marcela, mas os questionamentos
568 seriam repassados por email a fim de que as dúvidas fossem sanadas na próxima
569 plenária extraordinária. Assim, ela relatou: TERMO DE AJUSTAMENTO DE
570 CONDUTA – TAC: Em 2016 foi formalizado o Termo de Ajustamento de Conduta -
571 TAC, entre o Estado do Paraná e o Ministério Público do Estado do Paraná cujo
572 objeto é a recomposição integral de valores ao FIA, no montante de R\$
573 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões), corrigidos pelo INPC, em 04
574 (quatro) parcelas anuais. A primeira parcela foi restituída ao FIA, conforme extrato
575 em conta corrente específica, na data de 30 de setembro. Em 2017, a parcela
576 referente ao exercício foi depositada mensalmente, todo dia 10, nos meses de
577 fevereiro a dezembro. Em 2018, a parcela referente ao exercício também foi

578 depositada mensalmente, todo dia 10, nos meses de fevereiro a dezembro. Em
579 2019 o processo dos dois anos anteriores repetiu-se. O saldo atual em conta
580 corrente em 31/12/2019 é de R\$ 269.626.489,61 (duzentos e sessenta e nove
581 milhões e seiscentos e vinte e seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e
582 sessenta e um centavos), a diferença no valor de R\$ 42.084,25 (quarenta e dois mil
583 e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) refere-se a pagamentos de
584 fornecedores e impostos que foram pagos nos últimos dias de dezembro, mas que
585 aparecerão nos relatórios de janeiro/2020, conforme conciliação bancária. O TAC foi
586 encerrado com o pagamento da última parcela no mês de dezembro/2019. O
587 recurso excedente no TAC é um recurso fora do plano de ação, que tem projeção
588 de entrada de recurso novo. BANCO DE PROJETOS: Foram formalizados também
589 Termos de Fomento com Organizações da Sociedade Civil – OSC, que receberam
590 recursos de Doações Dirigidas, por meio do Banco de Projetos do FIA – Del. N°
591 15/2008, alterada pela Del. N° 50/2017, onde foram empenhados R\$14.544.367,67
592 (quatorze milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos e sessenta e sete
593 reais e setenta e sete centavos) para a ACRICA, Pequeno Príncipe, Associação
594 Ícaro Marcolin, Instituto Andres Kasper e o Pequeno Cotelengo – entretanto, o
595 recurso ainda não foi repassado para a Associação Pequeno Príncipe e para a Ícaro
596 Marcolin, o qual será repassado como RP. Marcela informou que o balancete do
597 banco de projetos será apresentado em Março. **2 DEPARTAMENTO DA**
598 **ASSISTÊNCIA SOCIAL – DAS:** A Política Pública da Assistência Social está
599 organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em
600 todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio
601 aos indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por
602 meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Esta Política é hierarquizada
603 entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, a primeira atua no
604 fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a segunda está voltada para
605 situações de risco social ou com violação de direitos. A Secretaria de Estado da
606 Justiça, Família e Trabalho – SEJUF tem como uma das suas atribuições à
607 coordenação, articulação e execução da Política Estadual de Assistência Social,
608 visando à proteção social básica e especial, à vigilância socioassistencial e a defesa
609 social e institucional, destinada a população em situação de vulnerabilidade e risco

610 social. Na estrutura programática da SEJUF, se encontra o Departamento de
611 Assistência Social - DAS, que tem como competência planejar e acompanhar a
612 organização e execução da Política Pública de Assistência Social, assegurando a
613 integração das Divisões de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial e
614 de Gestão do SUAS, estabelecendo fluxos constantes de informações a fim de
615 facilitar o processo decisório em consonância com os objetivos da SEJUF e da
616 Política de Assistência Social. Neste sentido, o DAS atua no fortalecimento dos
617 municípios e incremento de sua capacidade de gestão para o desenvolvimento de
618 programas, projetos e serviços específicos, os quais estão previstos na Tipificação
619 Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009) em parceria com
620 os 22 Escritórios Regionais. O Departamento de Assistência Social acompanha as
621 atividades do Departamento de Garantias de Direitos e da Política da Criança e do
622 Adolescente, além das instâncias de controle social. Presta apoio ao planejamento
623 de programas e serviços do Estado nas áreas das Políticas de Direito e da Criança
624 e do Adolescente, acompanhando diretamente as execuções das ações nos
625 Municípios.**2.1 DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – DPSB:** Desta, a
626 Renata relatou: a Divisão de Proteção Social Básica atua no acompanhamento e
627 apoio técnico aos municípios na estruturação da rede e na oferta dos serviços
628 socioassistenciais, programa e benefícios no âmbito da proteção social básica da
629 política de assistência social, com o objetivo de prevenir situações de risco por meio
630 do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos
631 familiares e comunitários. A Divisão concentra suas ações no assessoramento dos
632 serviços da Proteção Social Básica, sendo eles: Serviço de Proteção e Atendimento
633 Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –
634 SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para com Deficiência e
635 Idosas. No âmbito dos Programas, realiza o apoio técnico aos seguintes programas:
636 Programa Bolsa Família, Bolsa Agente de Cidadania, Programa Centros da
637 Juventude, Adolescente Paranaense, ACESSUAS Trabalho, BPC Trabalho, BPC
638 Escola, Benefício de Prestação Continuada. Ressalta-se que outra atribuição de
639 tamanha relevância é a Coordenação Estadual do Cadastro único para Programas
640 Sociais do Governo Federal. Dos programas em que há recursos do FIA envolvidos:
641 2.1.2 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV: O Serviço de

642 Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é voltado para crianças,
643 adolescentes, adultos e pessoas idosas. Executado em grupos formados por até 30
644 (trinta) usuários, os quais, em geral, são reunidos conforme o seu ciclo de vida. Tem
645 como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a
646 ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e
647 comunitária. O repasse do recurso do cofinanciamento federal do Serviço de
648 Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, é realizado por meio do Piso
649 Básico Variável – PBV, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social -
650 FNAS para os Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS. No Paraná, em
651 2019, tivemos 375 (trezentos e setenta e cinco) municípios cofinanciados pelo
652 governo federal por meio do Piso Básico Variável/PBV, com valor de referência
653 trimestral de R\$13.783.500,00 (treze milhões setecentos e oitenta e três e
654 quinhentos reais), contudo o valor real de repasse foi de R\$10.778.161,00 (dez
655 milhões setecentos e setenta e oito mil e cento e sessenta e um reais) para uma
656 capacidade de atendimento de 91.890 (noventa e um mil e oitocentos e noventa)
657 usuários. Atualmente encontram-se 89.575 (oitenta e nove mil e quinhentos e
658 setenta e cinco) usuários cadastrados no Sistema de Informação do Serviço de
659 Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, sendo 39.825 (trinta e nove mil e
660 oitocentos e vinte e cinco) em situações prioritárias. (Relatório de Informações –
661 MDS, 2020). Por meio da Deliberação nº 62/2016 – CEDCA/PR, Incentivo
662 financeiro para a oferta e aprimoramento do Serviço de Convivência e
663 Fortalecimento de Vínculos - SCFV para crianças e adolescentes com idade de 0 a
664 18 anos, foram disponibilizados recursos, por meio do Fundo Estadual para Infância
665 e Adolescência – FIA, aos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado
666 do Paraná, no valor de R\$ 19.492.260,00 (dezenove milhões quatrocentos e
667 noventa e dois mil e duzentos e sessenta reais). Em 2019, foi feito o repasse
668 financeiro para 17 (dezessete) municípios que não receberam na época da
669 publicação da Deliberação por falta de documentação (Atestado de Regularidade
670 do Conselho, Plano e Fundo), o que representou o valor de R\$ 901.022,50.
671 (novecentos e um mil e vinte e dois reais e cinquenta centavos) Dos demais
672 municípios: 334 (trezentos e trinta e quatro) receberam o recurso em 2017 e 26
673 (vinte e seis) municípios receberam o recurso em 2018. As propostas e os Termos

674 de Fomento celebrados com as OSCs referente à oferta do Serviço de Convivência
675 e Fortalecimento de Vínculos são acompanhadas pela DPSB. Assim, a DPSB
676 possui em vigência no ano de 2020, 23 (vinte e três) termos de fomento referentes
677 ao Edital 002/2017, 14 (quatorze) termos referentes ao edital 004/2017 e 02 (dois)
678 termos referentes ao Edital 006/2017, totalizando 39 (trinta e nove) parcerias
679 formalizadas ainda em execução. Ações Realizadas: Assessoramento técnico aos
680 municípios que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos –
681 SCFV. Acompanhamento mensal do preenchimento do Sistema de Informações do
682 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC; Acompanhamento
683 dos Termos de Fomento vigentes e análise e orientação das propostas para
684 possível celebração de parceria; Repasse de recursos do FIA por meio da
685 Deliberação nº 62/2016-CEDCA/PR. 2.1.3 Programa Centros da Juventude: São
686 espaços destinados ao desenvolvimento integral de adolescentes e jovens, entre 12
687 (doze) e 18 (dezoito) anos, com a oferta de atividades esportivas, artísticas e
688 culturais, baseado em três pilares: cidadania, convivência e formação pessoal,
689 profissional e cidadã. Por meio das Deliberações nº 04/2009, 02/10, 01/11, 35/11 e
690 111/12 do CEDCA-PR, o Programa é financiado com recursos do Fundo Estadual
691 para Infância e Adolescência - FIA, sendo o total executado de R\$67.206.168,77
692 (setenta e sete milhões, duzentos e seis mil e cento e sessenta e oito reais e
693 setenta e sete centavos) - valor das obras e equipamentos. Foram previstos 29
694 (vinte e nove) espaços destinados ao desenvolvimento integral de adolescentes e
695 jovens. Em 2019 foram pagos R\$ 595.358,70 (quinhentos e noventa e cinco mil e
696 trezentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos). A deliberação nº
697 04/2009/CEDCA, prevê que a formação da equipe técnica para o Centro da
698 Juventude deve possuir: 01 Coordenador do Centro (com formação em Pedagogia,
699 Psicologia ou Serviço Social); 01 Psicólogo; 01 Assistente Social; 01 Assistente
700 Administrativo; 03 Auxiliares na manutenção e limpeza; 04 Vigilantes; 08 Educadores
701 (um por atividade específica); Para o acompanhamento da execução das atividades
702 dos Centros da Juventude, foram elaborados pela SEDS dois novos instrumentos
703 em 2018, que devem ser encaminhados pelos municípios mensalmente. O início do
704 envio deu-se em maio. Atualmente 28 (vinte e oito) Centros da Juventude estão em
705 funcionamento nos municípios de Almirante Tamandaré, Apucarana, Cambé,

706 Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Curitiba, Foz do Iguaçu,
707 Francisco Beltrão, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Maringá,
708 Palmas, Paranaíba, Pitanga, Pinhais, Piraquara, São Mateus do Sul, São José dos
709 Pinhais, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama. Em novembro houve a inauguração
710 do Centro da Juventude no município de Irati. Do total de Centros da Juventude, 24
711 (vinte e quatro) foram financiados com recursos do FIA/PR. Com base nos relatórios
712 enviados no ano de 2019, pelos Centros da Juventude de Almirante Tamandaré,
713 Apucarana, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, 02 (dois)
714 CEJUs de Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa,
715 Laranjeiras do Sul, Maringá, Palmas, Paranaíba, Pinhais, Piraquara, Pitanga, São
716 José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, 02 (dois) CEJUs de Toledo
717 e Umuarama, a média mensal de crianças, adolescentes e jovens atendidos nos
718 Centros da Juventude, considerando a faixa etária de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro)
719 anos de idade, é 7.506 (sete mil e quinhentos e seis) participantes. 2.1.3.2 - Bolsa
720 Agente de Cidadania: A ação de pagamento de bolsas auxílio para adolescentes
721 denominados Agentes de Cidadania é prevista na Lei Estadual nº 16.021, de 19
722 (dezenove) de dezembro de 2008. A implantação da ação no Programa Centros da
723 Juventude foi regulamentada pelas Resoluções SEDS nº 175/2017 e nº 166/2018, e
724 tem como objetivo oportunizar a participação social e cidadã e a inclusão
725 sociocultural, e prevê o atendimento de adolescentes e jovens, prioritariamente em
726 situação de vulnerabilidade e risco social, pertencentes aos Centros da Juventude.
727 A Resolução nº 175/2017 – SEDS prevê o número anual de auxílios financeiros em
728 13.920 (treze mil e novecentos e vinte) bolsas auxílio aos Agentes de Cidadania no
729 Programa Centros da Juventude no Estado do Paraná, bem como, determina o
730 valor da bolsa em R\$ 210,00/mês (duzentos e dez reais), sendo o pagamento
731 máximo de 40 (quarenta) bolsas auxílio por Centro da Juventude. Os adolescentes
732 e jovens beneficiados devem empregar 10 (dez) horas semanais na execução de
733 atividades de convivência, formação e cidadania voltadas aos usuários do Centro
734 da Juventude, suas famílias e seu território. O financiamento para a execução
735 dessa ação é realizado pelo Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA/PR,
736 por meio da Deliberação nº 78/2015 do CEDCA, no valor de R\$ 4.438.550,00
737 (quatro milhões e quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta reais). De

738 janeiro a novembro de 2019 foram atendidas 3.803 (três mil oitocentos e três)
739 bolsas, cujo valor foi de R\$ 798.630,00 (setecentos e noventa e oito mil e seiscentos
740 e trinta reais) com recursos do FIA e 1.796 (mil setecentos e noventa e seis) bolsas
741 no valor de R\$ 377.160,00 (trezentos e setenta e sete mil e cento e sessenta reais),
742 com recursos do BID, Contrato de Empréstimo nº 3137/OCBR. Referentes ao mês
743 de dezembro de 2019 estão previstas para pagamento no mês de fevereiro de
744 2020, 298 bolsas a serem pagas com recursos do FIA e 243 (duzentas e quarenta e
745 três) bolsas com recursos do BID, no valor total de R\$ 62.580,00 (sessenta e dois
746 mil quinhentos e oitenta reais) e R\$ 51.030,00 (cinquenta e um mil e trinta reais),
747 respectivamente. No exercício de 2019 foram pagos R\$ 899.010,00 (oitocentos e
748 noventa e nove mil e dez reais). 1.4 - Programa Adolescentes Paranaenses: O
749 Programa Adolescentes Paranaenses foi aprovado pelo Conselho Estadual dos
750 Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, por meio das Deliberações nº
751 014/2012 e 018/2012 que liberou a destinação de recursos para a execução do
752 referido Programa, que prevê a implantação, desenvolvimento e fortalecimento de
753 ações, em formato de coletivos (grupos) de 15 (quinze) a 30 (trinta) adolescentes na
754 faixa etária de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, cujas famílias estejam em situação de
755 vulnerabilidade social. Dentre os objetivos se destacam: ofertar serviços de
756 convivência comunitária, planejados de forma participativa e transversal, fortalecer
757 os vínculos familiares e comunitários, prevenir a ocorrência de violações de direitos,
758 promover espaços de debates entre os jovens e estimular o protagonismo
759 juvenil. Atualmente apenas os municípios de Amaporã e Tunas do Paraná estão em
760 execução. No ano de 2019 foi repassado o montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil
761 reais), restando a pagar R\$ 30.000,00 (trinta mil) aos municípios já mencionados.

762 **2.2 DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE:** Desta divisão, a
763 Carmen relatou: a Divisão Estadual de Proteção Social Especial tem como objetivo
764 fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado do Paraná por meio de
765 assessoria técnica, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de
766 Média e Alta Complexidade em consonância com o Sistema Único de Assistência
767 Social – SUAS. A Divisão de Proteção Social Especial promove e apoia ações de
768 mobilização, sensibilização e articulação para o enfrentamento à violação de
769 direitos, tais como: negligências, abandonos, preconceito, discriminação ou os

770 diversos tipos de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos,
771 pessoas com deficiência, ou grupos vulneráveis. 2.2.1.2 Serviço de Medidas
772 Socioeducativas em Meio Aberto: O Estado assessorou os municípios que
773 executam o serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas
774 socioeducativas, por meio de apoio técnico, elaboração de informações técnicas e
775 orientação com subsídios aos Escritórios Regionais. Para 2020, devemos viabilizar
776 o repasse de recursos para os 21 (vinte e um) municípios contemplados com a
777 expansão ao cofinanciamento federal para os Serviços de Medidas Socioeducativas
778 em Meio Aberto vinculados ao PAEFI/CREAS – PPAS III, o que ampliou a rede de
779 municípios com aporte financeiro daquele ente, recursos repassados em junho e
780 dezembro/2019 correspondentes a 7 (sete) parcelas (parcela 9 (nove) e 10 (dez) de
781 2018 e parcelas de 1 (um) a 5 (cinco) de 2019), o que totaliza R\$ 422.400,00
782 (quatrocentos e vinte e dois mil e quatrocentos reais). 2.2.1.3 Programa Estadual
783 Liberdade Cidadã: Programa Estadual é uma estratégia que visa aporte de recursos
784 e suporte técnico para execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em
785 Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de
786 Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Em continuidade à proposta
787 elaborada e aprovada em 2016, por meio da Deliberação nº 54/2016 – CEDCA/PR,
788 sendo que dos 144 (cento e quarenta e quatro) elegíveis, 131 (cento e trinta e um)
789 municípios foram habilitados, o que corresponde a 91% de adesão. Assim, o
790 repasse de incentivo financeiro para esses municípios totalizou em R\$
791 12.295.725,00 (doze milhões duzentos e noventa e cinco mil e setecentos e vinte e
792 cinco) ocorridos entre os anos de 2017 e 2018. Em 2019 houve o acompanhamento
793 e monitoramento por meio das análises das prestações de contas e das
794 prorrogações de prazo para execução culminando na prorrogação para mais 12
795 (doze) meses para todos os municípios que ainda possuem saldo em conta para
796 essa finalidade, ou seja, para o Programa Estadual Liberdade Cidadã –
797 atendimento aos adolescentes em medida socioeducativas de liberdade assistida e
798 de prestação de serviços à comunidade, por meio da Del. 102/2019/CECA/PR. Em
799 2019 foram pagos R\$ 425.457,60 (quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e
800 cinquenta e sete reais e sessenta centavos). 2.2.1.4 Ações Estratégicas para a
801 Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: Objetiva a pactuação de uma agenda, de

802 caráter intersetorial, com ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil. O
803 Estado do Paraná, no ano de 2014, fez a adesão junto ao Governo Federal para o
804 cofinanciamento das Ações Estratégicas de Erradicação do Trabalho Infantil –
805 AEPETI, recebendo recursos para o desenvolvimento de ações que visam o
806 combate ao trabalho infantil no Estado. Neste mesmo ano, 56 municípios do Estado
807 também fizeram a adesão ao cofinanciamento federal. O prazo para o
808 desenvolvimento dessas ações, bem como para o recebimento do recurso do
809 Governo Federal foi até dezembro de 2018. O recurso do FIA foi aportado até 2019
810 para campanhas e para capacitação. A campanha do Carnaval de 2019 foi
811 realizada nos meses de fevereiro e março, com a distribuição de 50.000 (cinquenta
812 mil) leques e 50.000 (cinquenta mil) máscaras diretamente aos municípios do litoral
813 paranaense, Tibagi e Curitiba. Foram ainda distribuídos aproximadamente 3.000
814 (três mil) leques e 3.000 (três mil) máscaras nos pontos de pedágio do litoral, bem
815 como no Carnaval de Curitiba e na Biblioteca Pública do Paraná. Cerca de 100
816 (cem) - entre leques e máscaras - foram distribuídos aos servidores do
817 Departamento de Assistência Social, aos conselheiros do CEDCA e à Assessoria de
818 Comunicação Social. Ao todo, foram pagos R\$ 75.512,88 (setenta e cinco mil
819 quinhentos e doze reais e oitenta e oito centavos) dos recursos provenientes do
820 Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, e aprovado pelo Conselho
821 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além disso, houve a confecção
822 de 8 (oito) outdoors posicionados na PR 408 – Pontal do Paraná – Frente à Polícia
823 Rodoviária, BR 376 – Antes do pedágio de Tijucas do Sul, BR 376 - KM 615 + 800
824 Sul sentido Florianópolis, BR 376 - KM 667 - Início da Serra do Mar - sentido
825 Florianópolis, PR 508 (Alexandra-Matinhos) – Sentido Matinhos, BR 277 sentido
826 Paranaguá - Sequencial Front CIE, Matinhos - Av. Juscelino K. de Oliveira, 160 -
827 Sentido Guaratuba e outro painel rodoviário na rodovia/entroncamento que ligam as
828 cidades de Tibagi/Imbaú/Telêmaco Borba. A campanha foi realizada por intermédio
829 de Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre as Secretarias de Estado da
830 Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e da Comunicação Social. 2.2.1.6 Serviço de
831 Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos e
832 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: Trata-se do acolhimento provisório
833 e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças

834 e adolescentes com deficiência e outras demandas específicas, sob medida de
835 proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis
836 encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado
837 e proteção. Este acolhimento pode se dar em instituições, nas modalidades casa lar
838 e abrigo, ou em famílias previamente cadastradas e capacitadas, na modalidade de
839 acolhimento familiar. Continuidade, em 2019, do cofinanciamento aos municípios
840 que aderiram ao recebimento de recursos do Reordenamento dos Serviços de
841 Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, nas modalidades:
842 Casa Lar e Abrigo Institucional; Acolhimento em República e/ou em Família
843 Acolhedora, repasse fundo a fundo pelo PPAS IV. Equivale a 50% do valor
844 repassado pelo Governo Federal (Del. CEAS 39/2014). Do total de municípios, 104
845 estavam aptos a receber o cofinanciamento e 99 (noventa e nove) fizeram adesão e
846 estão recebendo recursos desde 2016. 2.2.1.7 Programa Estadual Crescer em
847 Família: Uma das estratégias do Estado do Paraná para potencializar e fomentar a
848 rede de serviços de acolhimento é o Programa Estadual Crescer em Família. Este
849 programa tem por finalidade a preservação do direito fundamental de crianças e
850 adolescentes à convivência familiar e comunitária e ao acolhimento de qualidade.
851 Em continuidade à proposta aprovada pela Deliberação nº 55/2016 – CEDCA/PR,
852 que prevê incentivo financeiro aos serviços de Acolhimento Institucional (em Casa
853 Lar ou em Abrigo Institucional) e Acolhimento Familiar (Família Acolhedora), com a
854 finalidade de fortalecer o reordenamento dos serviços ofertados às crianças,
855 adolescentes e jovens para a adequação às normativas vigente, esse processo de
856 adesão dos municípios foi desencadeado no decorrer de 2017. Assim, foram
857 habilitados 178 (cento e setenta e oito) municípios, no decorrer de 2019 foi realizado
858 apoio técnico as dúvidas na operacionalização dos serviços com esses recursos e a
859 análise das prestações de contas apresentadas, bem como discussão e
860 prorrogação do prazo para aqueles municípios que possuíam saldo autorizado pelo
861 CEDCA por meio da Del. nº 103/2019 para todos os municípios que se encaixam
862 nesta situação, para mais 1 (um) ano. A execução do serviço e a utilização dos
863 recursos fazem parte do processo de acompanhamento e apoio para as ações
864 previstas no Plano Municipal de Reordenamento. Foram pagos em 2019 o valor de
865 R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). 2.2.1.8 Ações desenvolvidas e

866 participação em eventos: Assessorar os municípios quanto aos Serviços da
867 Proteção Social Especial; Coordenação do Programa Estadual Liberdade Cidadã -
868 Programa Estadual Liberdade Cidadã (Delib. CEDCA nº 54/2016) – Orientação aos
869 municípios quanto à deliberação e a nova forma de repasse (fundo a fundo) e o
870 impacto que representa; análise, solicitação de complementação de documentação,
871 prorrogação de prazos e tramitação dos processos; Orientação sobre os convênios
872 vigentes, bem como análise de alterações nos planos de aplicação, prorrogações
873 de prazos e prestações de contas, entre eles os convênios provenientes das
874 Deliberações nº 011/2009, 09/2011 e 22/2013; Visitas Técnicas a Casas de Apoio,
875 Clínica de Repouso, Pequeno Cotelengo, APAE – 2 vezes ao ano; Seminário
876 Criança – Terra dos Homens – PUC/Curitiba – 29/10/2019; Oficina Criança – Terra
877 dos Homens – PUC/Curitiba – 30/10/2019; Orientação ao ER de Ponta Grossa –
878 Serviços e ações da DPSE. Os demais departamentos serão relatados pelas
879 técnicas especializadas nas próximas reuniões extraordinárias. A técnica Marcela
880 informou que a gestão do SUAS não executa recursos do FIA, o que faz com que
881 ela não apareça no relato. **Por fim, a Marcela apresentou a tabela dos**
882 **empenhos e pagamentos do ano de 2019. Foram empenhados**
883 **R\$35.989.088,54 (trinta e cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil e**
884 **oitenta e oito reais e trinta e cinquenta e quatro centavos) e de pagamentos**
885 **R\$41.528.571,40 (quarenta e um milhões quinhentos e vinte e oito mil**
886 **quinhentos e setenta e um e quarenta centavos), tendo de restos a pagar R\$**
887 **12.977.470,44 (doze milhões, novecentos e setenta e sete mil quatrocentos e**
888 **setenta reais e quarenta e quatro centavos) e de Exercício 2019: R\$**
889 **28.551.100,96 (vinte e oito milhões quinhentos e cinquenta e um mil e cem**
890 **reais e noventa e seis centavos) – a tabela será explorada item por item na**
891 **próxima reunião extraordinária, informou. O Relatório completo foi enviado**
892 **aos conselheiros por e-mail.** A presidente Angela encerrou a reunião,
893 agradecendo a presença de todos (as). A presente ata após aprovação será
894 publicada no DIOE e disponibilizada no site do CEDCA/PR.